



Desafios na Implementação da Monitoria Indígena na Universidade

Cristiano Augusto Durat
cristianodurat@uffs.edu.br

Leonélia de Fátima Cristo
leonelia.cristo@estudante.uffs.edu.br

Karen Andrade
karengabyys@gmail.com

Eixo 02: Monitoria por Público Alvo
Campus Laranjeiras do Sul

RESUMO

A implementação da monitoria indígena nas universidades representa uma ação afirmativa voltada à permanência e ao sucesso acadêmico de estudantes indígenas no ensino superior, apesar da relevância dessa iniciativa, sua prática enfrenta obstáculos que comprometem seu alcance e eficácia. Este relato busca refletir sobre os principais desafios enfrentados no desenvolvimento da monitoria indígena, especialmente no engajamento dos estudantes e na superação de dificuldades acadêmicas, como o uso de ferramentas tecnológicas e a interpretação de textos. A monitoria foi idealizada como um espaço de apoio pedagógico e intercultural, reconhecendo as especificidades socioculturais dos estudantes indígenas e contribuindo para um percurso acadêmico mais inclusivo. Um dos problemas mais recorrentes tem sido a baixa participação nas atividades propostas, como oficinas, reuniões e atendimentos presenciais. Apesar dos esforços da equipe em organizar encontros periódicos e propor dinâmicas acessíveis, a adesão tem sido reduzida ou inexistente. A ausência de procura por ajuda limita o apoio pedagógico e dificulta a construção de estratégias eficazes, esses desafios evidenciam a necessidade de repensar as práticas de acompanhamento, é fundamental que a monitoria seja constantemente reavaliada para atender, de forma sensível, às realidades desses alunos. Embora represente um passo importante rumo à equidade no ensino superior, a eficácia da monitoria depende da superação de barreiras institucionais, culturais e comunicacionais. Um dos principais obstáculos está na falta de diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos tradicionais. Muitas propostas pedagógicas não consideram as formas próprias de aprendizagem dos estudantes indígenas, o que pode gerar distanciamento. Para cumprir seu papel de mediação intercultural, é necessário que os



monitores atuem com sensibilidade cultural e que as atividades sejam construídas em diálogo com os estudantes, respeitando suas identidades, línguas e modos de vida. Outro desafio significativo é o uso das tecnologias, muitos estudantes vêm de comunidades com acesso limitado à internet, o que compromete sua familiaridade com plataformas digitais. A ausência de ações voltadas à formação tecnológica intensifica o sentimento de exclusão e dificulta o desempenho acadêmico. É urgente a criação de oficinas de capacitação digital que respeitem seus ritmos e contextos socioculturais. Além disso, o suporte institucional oferecido é, muitas vezes, insuficiente. A monitoria carece de infraestrutura, recursos financeiros e reconhecimento para desenvolver suas ações com qualidade. A descontinuidade das políticas de apoio contribui para a desmotivação de monitores e estudantes. As universidades devem assumir um compromisso efetivo com a permanência indígena, todavia a monitoria indígena tem papel fundamental na promoção da equidade no ensino superior, mas sua eficácia depende de ajustes e deveres institucionais para uma monitoria transformadora. Por fim, a comunicação é decisiva, a falta de divulgação eficaz e de escuta ativa faz com que muitos estudantes não se sintam à vontade para participar, canais permanentes de diálogo, rodas de conversa e escutas individualizadas, podem aproximar os estudantes e favorecer a construção coletiva de soluções. Repensar práticas, reconhecer os saberes indígenas e investir em formação intercultural e infraestrutura são passos essenciais para transformar essa ação afirmativa em uma ferramenta potente de apoio, pertencimento e sucesso acadêmico.

Palavras chaves: Monitoria, Permanência; Indígenas.

Referências bibliográficas:

RESOLUÇÃO Nº 33/2013 – CONSUNI. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó-SC, 12 de dezembro de 2013.

AMARAL, Wagner Roberto Do; SILVEIRA, D. M. F. . A Comissão Universidade para os Índios: desafios e avanços na política de educação indígena. In: Wagner Roberto do Amaral; Letícia Fraga; Isabel Cristina Rodrigues. (Org.). Universidade para indígenas: a Experiência no Paraná. 1ed. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016, v. 1, p. 39-77.



PERES, Sidnei C. Ação afirmativa e direitos culturais diferenciados – as demandas indígenas pelo ensino superior. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs). Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil:

Políticas Públicas de Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, 2007, p. 42-60.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Editora Mórula, Lacedo, 2019. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 99,n. 251,p. 37-53, Jan. 2018. Available from. access on 26 Mar.2020. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>.

RODRIGUES, ISABEL CRISTINA;NOVAK, M. S. J.;FAUSTINO, R. C. Síntese sócio-histórica dos Kaingang, Guarani e Xetá e relação com o ensino superior. In: AMARAL, W. R. do; FRAGA,L.; Rodrigues, I. C.; Lázaro, A.. (Org.). Coleção estudos afirmativos, 8: Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016, v. 1, p. 17-38.